

## **Teoria da Dependência: as contribuições de Celso Furtado**

### **Roberto Pereira Silva**

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

### **Renata Bianconi**

Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

### **Resumo:**

O artigo objetiva discutir como a obra de Celso Furtado formulou problemas e respondeu às mesmas questões debatidas pela Teoria da Dependência. Especialmente a partir da década de 1970, Furtado refinou sua concepção de subdesenvolvimento, enfatizando a questão cultural como cerne da compreensão dos impasses do subdesenvolvimento, propondo uma visão global que ultrapassou os debates das décadas iniciais da Teoria da Dependência. Neste artigo, revisamos as interpretações sobre a relação de Furtado com a Teoria da Dependência, elencamos tópicos de diálogo entre eles e destacamos a ênfase dada por Furtado à questão da dependência na análise da problemática do subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Celso Furtado. Dependência. Subdesenvolvimento.

### **Área temática:**

3. História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

## **Introdução**

A Teoria da Dependência tem sido objeto de estudos, debates e revisões. Assiste-se, nos dias atuais, um esforço de resgatar as contribuições dos autores dependentistas, revisitar suas obras e tornar disponíveis textos de difícil acesso e de circulação restrita

Considerada uma das grandes contribuições da teoria social latino-americana para os centros hegemônicos de pensamento, a teoria da dependência pode ser considerada um exemplo do que José Luis Cardoso (2009, p. 259) chamou de “influência inversa”, quando uma teoria desenvolvida na periferia do sistema é absorvida no centro.

O objetivo deste artigo é discutir como a obra de Celso Furtado formulou problemas e ofereceu respostas às mesmas questões debatidas pelos trabalhos da Teoria da Dependência. Fazendo poucas referências a esses autores e jamais polemizando diretamente, pode-se dizer que existiu um interlocutor oculto nos trabalhos de Celso Furtado das décadas de 1960 e 1970 na medida em que alguns temas ou afirmações do economista paraibano podem ser lidas como intervenções, comentários, alternativas a algumas das teorias propostas pelos teóricos da dependência. Observe-se, contudo, que esse diálogo não explica, em sua totalidade, a evolução do pensamento de Celso Furtado que, argumentamos, segue uma trajetória própria. Esse aspecto fica mais explícito na reformulação de sua concepção de subdesenvolvimento, que nos anos 70 passa a incorporar a questão cultural como cerne da compreensão das dificuldades e impasses das sociedades subdesenvolvidas. Nessa direção, Furtado propôs uma visão global que ultrapassou os debates das décadas iniciais da teoria da dependência.

Assim, iremos, no que segue, apresentar alguns pontos de um “diálogo inconsútil” – a expressão é de Francisco de Oliveira – de Celso Furtado com a teoria da dependência e, em seguida, mostrar como avançou para uma teoria que abarca as esferas política, econômica, social e cultural do subdesenvolvimento, propondo uma teoria global do subdesenvolvimento que avançou de alguns temas da teoria da dependência para uma interpretação sistêmica, ampla, das diversas instâncias em que as relações desiguais e dependentes se manifestam no capitalismo global. Para tanto, revisaremos, a seguir, as interpretações sobre a relação de Celso Furtado com a Teoria da Dependência. *Em seguida, elencamos três tópicos de contato e diálogo entre eles.* Uma outra seção discutirá a constituição de uma nova interpretação das relações entre o centro e a periferia no capitalismo global, ressaltando como essa visão supera positivamente tanto as teorias da dependência quanto as concepções anteriores do subdesenvolvimento na própria obra de Celso Furtado.

## **Celso Furtado e a Teoria da Dependência: aproximações**

Inserir Celso Furtado na discussão sobre a Teoria da Dependência merece alguma justificativa. Alguns intérpretes reconhecem a importância de Celso Furtado para o início da Teoria da Dependência (Love, 1998, Kay, 1989), ou o consideram um dos pioneiros (Arndt, 1989) Outros, por sua vez, afirmam que Celso Furtado é responsável um por uma vertente específica da dependência (Bresser-Pereira, 2010; Manzatto e Saes, 2021). Finalmente, há aqueles que, ao fazer a história da Teoria da Dependência excluem-no dessas revisões (Katz, 2021).

O cerne dessa discussão, entretanto, está nos critérios utilizados pelos intérpretes para reconstituir a Teoria da Dependência. Uma delas divide a Teoria da Dependência

em duas grandes vertentes: a marxista e a estruturalista. Nessa divisão, Furtado estaria dentro da matriz estruturalista, junto a autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Uma divisão alternativa mantém a corrente marxista, mas cria uma subdivisão entre estruturalistas e a chamada teoria da dependência associada, esta última para captar a visão específica inaugurada pelo livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (Bresser-Pereira, 2010). O posicionamento de Celso Furtado como pioneiro da Teoria da Dependência ou como um dos principais formuladores da vertente estruturalista está relacionado com seu papel, intelectual e institucional na formulação da problemática que dará origem à Teoria da Dependência.

A Teoria da Dependência teve como ponto de partida a crítica ao modelo de Industrialização por Substituições de Importações (ISI), formulado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) ao longo da década de 1950 e 1960. Que essa crítica tenha se originado dentro da própria Cepal é indicativo e evidência de que uma das vertentes da Teoria da Dependência seja classificada como estruturalista (Kay, 1989; Love, 1998). De fato, os primeiros estudos críticos da Cepal sobre a ISI, de autoria de Santiago Macario (1964) e Maria da Conceição Tavares (1964) foram publicados no mesmo número do *Boletim* da Cepal, em março de 1964. Essas publicações colocam a questão da contribuição de Celso Furtado para esse diagnóstico crítico. Após o Golpe Militar de abril de 1964, Celso Furtado exilou-se no Chile, iniciando um seminário para revisar criticamente a produção da Cepal sobre a industrialização da América Latina. Esse grupo de discussão, que teve entre seus participantes Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, entre outros está na origem dos trabalhos que seriam denominados vertente estruturalista da teoria da dependência, e que inclui o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, cuja primeira edição é 1969, tendo sido revisado em 1971.

Os autores marxistas da teoria da dependência, por sua vez, foram influenciados por esse mesmo contexto de crítica à ISI, muitos deles tendo tido passagens por Santiago do Chile, em instituições ligadas ou influenciadas pela Cepal.<sup>1</sup> Entretanto, o que diferencia essa vertente é o uso atualizado do instrumental marxista, sobretudo uma reinterpretação do imperialismo e das formas de exploração em âmbito internacional. Muitos dos autores dessa vertente consideravam seu trabalho uma inovação dentro do marxismo e não a aplicação direta de conceitos para a realidade latino-americana.

Dado esse contexto geral de surgimento da teoria da dependência, passamos agora a identificar as principais características de cada vertente. A vertente estruturalista, que tem como principais representantes Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, entre outros, é caracterizada por uma crítica às proposições anteriores da Cepal a respeito da substituição de importações que, sem romper com o instrumental de análise cepalino, ampliou-o para introduzir novas questões ligadas aos dilemas das economias latino-americanas. Segundo Joseph Love (1998, p. 439) essa revisão se deu pela incorporação das questões políticas e, também, da acentuação de uma perspectiva mais “historicista” e “sociologista” na análise das relações econômicas internacionais. Nessa perspectiva, a análise de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é vista dentro da vertente estruturalista pois, a despeito de sua análise das classes sociais e das formas como as relações sociais internas determinam, condicionam, absorvem a expansão e as influências internacionais, o instrumental de

---

<sup>1</sup> André Gunder Frank, formado na Universidade de Chicago, viajou para o Chile em 1960, passou pelo Brasil e, após o Golpe Militar, retornou a Santiago. Enquanto trabalhou na Universidade de Brasília, teve como alunos e colaboradores Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Ver Joseph Love (1998, pp. 445-446)

análise continua sendo o cepalino, valendo-se de categorias como deterioração dos termos de troca, heterogeneidade estrutural. O mesmo se pode dizer dos marcos temporais de evolução das economias latino-americanas, com a passagem de economias primários-exportadoras para a industrialização substitutiva de importações.

Outros intérpretes consideram uma vertente específica ligada à chamada “dependência-associada”. Essa vertente (Bresser-Pereira, 2010) seria peculiar pois, aproximando o instrumental cepalino de conceitos weberianos, produziu uma análise crítica à ideia de burguesia progressista nacional, indicando uma alternativa de desenvolvimento econômico que se dá pela associação dos empresários latino-americanos com o capital estrangeiro. Ainda que os primeiros fiquem em uma posição subordinada e dependente, a possibilidade de associação permite o desenvolvimento econômico nas áreas periféricas.

A vertente marxista, por sua vez, é formada por autores como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, et al.. A despeito das diferenças entre os autores na análise dos processos históricos latino-americanos, é possível encontrar um instrumental comum que busca reinterpretar o imperialismo marxista para explicar a realidade dos países da América Latina e nos conceitos de excedente econômico e de superexploração do trabalho, esta última examinada a partir da distinção entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Os autores deram grande ênfase às formas de exploração dos países periféricos pelos centrais, entendendo-as como característica estrutural do capitalismo mundial.

### **Celso Furtado e a teoria da dependência: diálogos**

Não é possível, no espaço deste artigo, revisar cada uma das vertentes da Teoria da Dependência, nem expor a visão de cada um de seus representantes. O que faremos agora é um delineamento de alguns dos principais eixos temáticos discutidos pelos autores. Nosso propósito é estabelecer as bases sobre as quais identificamos e propomos a leitura das contribuições de Celso Furtado. Os eixos são: a) o papel das burguesias nacionais; b) a dependência tecnológica; c) as relações políticas e econômicas vigentes nas relações centro e periferia.

#### *a) o papel das burguesias nacionais*

A discussão sobre o papel das burguesias nacionais foi um dos temas que explicita a ideia geral de que a Teoria da Dependência surgiu para incorporar as classes sociais e a política na análise do desenvolvimento econômico. A origem dessa discussão está relacionada tanto com uma divergência das teses do Partido Comunista, quanto da percepção de que o arranjo de classes nos países subdesenvolvidos é um elemento central para entender a natureza do processo de substituição de importações e seus limites.

O Partido Comunista brasileiro, e também de outros países latino-americanos entendiam que o modo de produção dominante na América Latina, sobretudo no campo, era feudal. Essa leitura deu origem à tese de que seria necessário, primeiro, estabelecer o modo de produção capitalista, comandado pelas burguesias nacionais para, com isso, criar-se as condições para a superação do capitalismo e a implantação do socialismo. Essa tese, conhecida como da revolução democrático-burguesa, teve suas críticas iniciais já na década de 1940, mas nos anos de 1960 ganhou vulto e densidade teórica suficiente para contrapor-se às teses do Partido. Argumentava-se que as relações no

campo brasileiro - embora sob a aparência feudal dada pela forma de exploração da terra por meeiros, parceiros e colonos -, estava, na verdade, inserida no mercado internacional, capitalista e, portanto, dentro de um sistema global de exploração. Essa nova tese levou a uma revisão do papel das burguesias periféricas como capazes de promover reformas e se antagonizar com os grandes proprietários de terra, fazendo uma revolução burguesa. Caio Prado Júnior foi um dos mais vigorosos defensores dessa tese, que André Gunder Frank (1964) discutiria em artigo de 1964. O corolário dessa nova visão é que, uma vez que não é preciso aguardar a constituição de forças produtivas capitalistas no Brasil, as condições para a revolução socialista estavam dadas.

Na vertente marxista da Teoria da Dependência, a burguesia industrial está em posição subordinada a seus pares internacionais, cabendo a elas defender-se através da exploração dos trabalhadores urbanos e dos setores agrários. Essa concepção, melhor formulada por Ruy Mauro Marini (2022 [1973]), no conceito de superexploração do trabalho, segundo o qual na periferia a forma básica de exploração é a mais-valia absoluta, enquanto no centro, o progresso tecnológico dá origem à mais-valia relativa.

Em paralelo, Fernando Henrique Cardoso vinha executando uma pesquisa empírica de entrevistas com grandes empresários paulistas para sua tese de livre-docência que seria defendida meses antes do Golpe de 1964. Entre as suas conclusões, estava a ideia de que os empresários nacionais não tinham o *ethos* que caracterizara as burguesias europeias ao longo do século XIX. Entre os empresários brasileiros, não havia um compromisso forte com o Estado democrático, nem uma visão oposta ao capital estrangeiro. Para eles, a possibilidade de uma aliança com o capital estrangeiro, enquanto garantisse sua acumulação, mesmo que de forma subordinada e em setores tradicionais ou de baixa densidade tecnológica, não era vista como um problema. Sem projeto nacional, essa burguesia estaria pronta para se tornar sócia minoritária em um novo ciclo de expansão das economias latino americanas.

Para Celso Furtado, a preocupação com a burguesia industrial e com a questão de um projeto nacional de desenvolvimento emerge nos textos de *Dialética do desenvolvimento*, elaborado meses antes do Golpe Militar. Nesse livro, ele reconhece a perda de dinamismo da industrialização e do crescimento econômico brasileiro. Essa crise, por sua vez, explicitou a divergência dos interesses entre o setor industrial e o setor agrário. O setor industrial dependia do setor agrário para a produção de alimentos que deveria reduzir os custos de mão de obra. A falta de dinamismo desse último, reduzia os lucros dos industriais. Por sua vez, as classes agrárias estavam sobre-representadas no legislativo e conseguiam manter o seu *status quo*, a despeito das consequências para o dinamismo econômico. A divergência, entretanto, não se traduziu em uma oposição direta entre as duas classes e, no quadro de tensões sociais crescentes, com a expansão das reivindicações dos trabalhadores urbanos e do campo, Furtado considerava possível a união dessas duas classes contra as pressões das classes trabalhadores, o que se verificaria no Golpe Militar de 1964 (Furtado, 1964, Parte II, capítulo II). Essa percepção de uma ausência de conflito direto entre os dois setores, industrial e agrário permanece nos ensaios escritos entre 1964 e 1966, reunidos em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Não obstante, Furtado destaca as transformações no capitalismo mundial, sobretudo a crescente presença das empresas multinacionais e as novas formas de tecnologia que geram grandes monopólios e oligopólios. A penetração dessas empresas na América Latina, como corolário de uma estratégia global de segurança dos Estados Unidos, erodia não só a atuação da burguesia industrial, como dos próprios Estados nacionais de comandar ou direcionar o avanço da industrialização. (Furtado, 1966, capítulo 4).

Esses textos discutidos acima foram escritos sob o impacto do Golpe Militar de 1964 e da crise econômica que teve o seu nadir em 1963, quando o PIB brasileiro cresceu apenas (0,6%). Furtado retomaria a discussão dos problemas da economia brasileira tendo agora como referência a realidade do crescimento econômico que resultou de uma série de mudanças institucionais realizadas pelo Governo Militar. Assim, a discussão sobre a burguesia brasileira reaparece nos livros *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do “modelo” brasileiro* (1972). Neles, Furtado reexamina a formação da burguesia industrial não tanto em sua relação com as classes agrárias, mas agora em relação ao comércio exterior. Para Furtado, a formação e os interesses da burguesia industrial brasileira estiveram “positivamente vinculados ao comércio exterior” (Furtado, 1972, p. 19). Ou seja, a ideia de uma burguesia nacional seria uma simplificação. Por um lado, foram as exportações que criaram o mercado interno e permitiram a importação de máquinas e equipamentos. Por sua vez, a indústria que surgiu no Brasil não competia com as importações; era, na maior parte dos casos, complementar. Para Furtado, essas condições impediram o desenvolvimento de uma mentalidade nacional e a elaboração de um projeto de desenvolvimento autônomo. Nesse sentido, a própria industrialização do Brasil, cujo processo foi capitaneado pelo Estado via proteção tarifária, incentivos cambiais e investimento diretos em setores-chave, foi uma resposta não programada da defesa do setor exportador e não resultado de projeto industrial idealizado pela burguesia nacional.

Podemos dizer que a interpretação de Celso Furtado sobre o papel da burguesia ia ao encontro da ideia geral da ausência de um projeto nacional, progressista, democrático. As razões para isso devem ser buscadas na própria teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Nesse sentido, o autor interpretou a classe e os interesses industriais, no pré-1964 em aliança com o setor agrário, no auge das tensões sociais que levariam ao Golpe Militar. Em período posterior, a origem dessa classe é encontrada na relação estreita com os setores de importação e exportação, decorrendo disso uma relação complementar aos impulsos externos, sem condições para a formulação de um projeto autônomo, tal qual o que esteve na base da burguesia industrial europeia. Nessas análises, embora não haja qualquer menção às obras dos teóricos da dependência, é possível depreender que sua visão distancia-se tanto do caráter consciente da dependência associada de Fernando Henrique Cardoso, quanto da análise centrada no conceito de luta de classes e de exploração que estão no cerne das obras de Gunder Frank e de Marini.

#### *b) a dependência tecnológica*

No conjunto dos autores da teoria da dependência prevalece a ideia de que são os países centrais que produzem e detêm o monopólio da tecnologia, que é intensiva em capital. Esse controle é um dos aspectos que conforma a dependência. Para Ruy Mauro Marini (2022[1976]), por exemplo, essa distinção se manifesta na superexploração do trabalho na periferia. Para o autor, enquanto no centro a forma básica de exploração do trabalho assalariado é a mais-valia relativa, o que implica crescente incorporação de capital e desenvolvimento tecnológico no processo produtivo, na periferia predomina a exploração pela mais-valia absoluta. Dessa forma, para os autores marxistas, o controle da tecnologia é um dos mecanismos pelos quais é possível extrair excedentes da Periferia para o Centro. A própria Cepal também deu grande atenção para a dependência tecnológica, sendo essa uma das características da periferia, iniciada com a divisão internacional do trabalho e agravada pela natureza das trocas comerciais.

Para Celso Furtado, a dependência tecnológica, no sentido dado pela Cepal, esteve presente desde seus primeiros escritos. Entretanto, cabe chamar a atenção para a modificação do entendimento da dependência tecnológica em sua obra das décadas de 1960 e 1970. A questão da tecnologia tem grande peso na tese estagnacionista de Celso Furtado (1966). Para ele, nos estágios avançados do processo de substituição de importações, ligados à produção de bens de consumo duráveis e intermediários, os equipamentos são intensivos em capital e, portanto, altamente poupadores de mão de obra. Ademais, a função tecnológica desses setores implicava unidades de produção de maior valor unitário, requerendo um perfil de consumidor com acesso a maiores rendas. Essa elevação da relação capital/produto, mais a necessidade de uma renda elevada, em sociedades nas quais apenas uma parcela dos trabalhadores tinha capacidade de consumo está na origem da estagnação: na ausência de um mercado consumidor de massas, a tendência é que o setor mais avançado operasse com crescente capacidade ociosa, fazendo com que todo o sistema econômico perdesse dinamismo.

Para Celso Furtado, o fato de que o setor moderno seja composto por grandes empresas estrangeiras operando em condições de monopólio ou de oligopólio, retira a capacidade de decisão e de coordenação dos Estados Nacionais. A dinâmica industrial passa a ser dada pelos projetos globais dessas empresas e as decisões de investimento são feitas a partir de um quadro que não leva em consideração os contextos nacionais. O entendimento de que o controle tecnológico está no cerne da caracterização de um desenvolvimento dependente aparece em *Um projeto para o Brasil* (1968). Nesse livro, Furtado distingue o desenvolvimento autônomo – cujo processo se dá pelas inovações tecnológicas que permitem acumulação de capital que, por sua vez, resultam em modificações estruturais no sistema econômico, retroalimentando o ciclo – do desenvolvimento dependente, no qual as modificações no perfil da demanda (decorrentes de um impulso externo) induzem uma elevação da acumulação de capital que, por sua vez, se traduz não em inovações tecnológicas, mas na absorção de tecnologia dos países centrais (Furtado, 1968, p. 21-22). Em suas palavras, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte de desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é o reflexo do progresso tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial” (idem, p. 23). Analisando o caso das economias latino-americanas, Furtado expressa que aqui ocorreu um desenvolvimento dependente, no qual o progresso técnico não foi o fator dinâmico, mas sim a modificação da estrutura produtiva impulsionada pela modificação da curva de demanda. A industrialização por substituição de importações foi feita para atender a uma demanda de produtos industriais antes importados. A assimilação do progresso técnico foi um reflexo dessa demanda dinâmica. Os investimentos industriais nos setores de bens de consumo duráveis e intermediários foram viabilizados pela internalização de empresas estrangeiras, filiais que antes controlavam as exportações. A ISI foi, portanto, uma “diferenciação do sistema produtivo” e “descentralização de empresas, cujo centro de decisões estava no exterior. (idem, p. 30).

Em *Análise do “modelo” brasileiro*, o desenvolvimento dependente, dinamizado pela curva de demanda dá origem ao termo *modernização*. Para Furtado, o subdesenvolvimento passa a ser visto como um “modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu mais para modernizar hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (Furtado, 1972, p. 11). A bem da verdade, a

caracterização do fenômeno modernização já aparecia em texto de 1971, *Dependencia externa y teoría económica*:

el fenomeno de la dominacion-dependencia asume la forma de imposition-imitation de patrones de consumo que, al no corresponder al grado de acumulación alcanzado por un subsistema dado, tienden a agravar la desarticulación que ya existe en la estructura de este. Además, como la imposición de los patrones de consumo es efectuada por los propios grupos responsables de las decisiones de producción, el problema de asignación de los recursos tiende a presentarse en términos distintos de aquellos que corresponden a la teoría convencional del "óptimo", independientemente de las calificaciones que se introduzcan con respecto al carácter, estático o no, de éste (Furtado, 1971, p. 339).

A dependência está ligada, portanto, à imposição/imitação de padrões de consumo que não correspondem ao grau de acumulação de uma economia. Isso agrava os desequilíbrios estruturais dos subsistemas. Ademais, as decisões de produção são tomadas pelos grupos responsáveis pela produção, de forma que a alocação de recursos é diferente da prevista pela teoria econômica neoclássica tradicional.

Aqui passamos a ver uma modificação importante na obra de Celso Furtado, ligada à crescente atenção dada aos padrões de consumo das classes dominantes como um dos fatores que irão definir a natureza da dependência e do subdesenvolvimento.

### *c) as relações políticas e econômicas vigentes nas relações centro e periferia*

Outra característica definidora da Teoria da Dependência foi seu esforço de elaborar uma análise global do capitalismo, no qual as relações centro e periferia estariam inseridas e cuja reprodução ao longo do tempo é o principal responsável pelo fenômeno da dependência. Desde o surgimento da definição de Centro e Periferia, lançada pela Cepal em 1949, a reflexão sobre a dinâmica das relações econômicas internacionais se consolidou como um tema essencial do pensamento latino-americano. Para a Cepal, as relações centro e periferia são marcadas pela deterioração dos termos de troca, pela desigualdade na estrutura produtiva, pela cristalização da divisão internacional do trabalho e pelos efeitos desiguais dos ciclos econômicos em cada um dos pólos do sistema. Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o capitalismo internacional é a instância fundamental de observação para captar as relações de dependência, porém, os autores destacam que não há uma determinação unívoca do centro sobre a periferia. Para eles, as alianças de classes na periferia criam arranjos que absorvem, amortecem e “sobredeterminam” a influência externa. São esses arranjos internos que permitiram que em muitos países da América Latina não surgisse uma oposição entre capital nacional e estrangeiro, abrindo caminho para as burguesias periféricas aceitarem a aliança com o capital estrangeiro.

A vertente marxista da teoria da dependência, por sua vez, coloca ênfase na superexploração do trabalho e na extração do excedente, amarrando essas características em uma teoria do imperialismo. Para André Gunder Frank (1978 [1970]) as relações entre os pólos do sistema foram caracterizadas como Metrôpoles e Satélites. Em sua visão, a exploração entre eles é mediada pelas “trocas desiguais” decorrentes dos monopólios formados e operados a partir do Centro. Por sua vez, há um “colonialismo interno” ou formas de exploração dentro de cada um dos satélites, que se manifesta na exploração dos setores atrasados pelos setores modernos. A burguesia industrial do



centro está no topo desse extenso processo de exploração e extração de excedente. Para Ruy Mauro Marini, a exploração do centro pela periferia se dá pelo comércio internacional, pelas práticas financeiras ou pelo controle do capital para investimentos. As elites locais reagem a essa exploração através da superexploração dos trabalhadores, via mais-valia absoluta. Para ambos os autores, a origem desse processo de exploração reside na necessidade de expansão dos mercados das economias centrais, que se traduziu na expansão industrial na periferia para ter acesso aos mercados consumidores desses países. Entretanto, como a superexploração do trabalho não deu origem a um mercado de consumo de massas, esse ficou concentrado nas classes médias e altas e, na falta delas, com a complementação do governo.

Celso Furtado, por sua vez, entende as transformações no capitalismo global, no que concerne à América Latina, como uma inflexão na política externa estadunidense, visando criar uma zona de contenção da expansão do socialismo aliada a uma estratégia de estabilizar as economias da região através de investimentos industriais estimulados pelo governo dos Estados Unidos, mas executado pelas grandes empresas multinacionais. Essa política, por sua vez, é decorrência da Guerra Fria, que recebe uma acurada análise geopolítica no segundo capítulo de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Para ele, o desenvolvimento latino-americano deve ser pensado na relação do continente com o resto do mundo, sobretudo com as tendências da maior potência da região, os Estados Unidos. Dentro desse projeto, caberia à política externa do país defender o “mundo livre”, impedindo o surgimento de novos países socialistas. O desenvolvimento tecnológico é forma dominante nos processos históricos contemporâneos, uma vez que a penetração da tecnologia moderna nos países subdesenvolvidos gera modificações revolucionárias em sua estrutura social. Essas modificações, por sua vez, podem ser planejadas e programadas em processos de modernização, manifestos em programas de ajuda financeira dos EUA para promover a superação do subdesenvolvimento mantendo o sistema capitalista (Furtado, 1966, pp. 35-37). Essa interpretação, por sua vez, permite unificar discussões apresentadas nos dois itens anteriores.

Segundo sua concepção, a soberania da AL para prosseguir sua própria política de desenvolvimento será limitada caso não se exerça no quadro traçado pelos EUA (idem, p. 41). A ajuda norte-americana, por sua vez, será feita por intermédio das grandes empresas privadas norte-americanas, com privilégios, incentivos e fora da legislação *antitruste* das suas matrizes. Assim,

Esse ‘projeto’ de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina, apresenta muito atrativo para importantes setores das classes dirigentes locais, que veem aí uma fórmula hábil para esvaziar o ‘nacionalismo’, ao qual atribuem grande responsabilidade pela presente inquietação social (Idem, p. 44)

Posta nesses termos, e sintetizando o que vimos até agora, a percepção da junção de política e economia nas relações internacionais se apresenta como um projeto distinto da vertente marxista que enfatiza o imperialismo. Para Celso Furtado, a expansão das multinacionais na América Latina responde a um duplo processo de reordenação geopolítica sob a Guerra Fria e de modificações estruturais na tecnologia, que tornam muito mais restritas as possibilidades de irradiação dos frutos do progresso técnico para a periferia. Nesse novo cenário, de controle da tecnologia pelas grandes empresas capitalistas, e de formas de operação baseadas no monopólio e no oligopólio, a exploração econômica junta-se à dominação política pela compreensão da

indissociabilidade do exercício do poder político pelas multinacionais. São essas empresas que controlam os setores modernos da economia, ligados à produção de bens de consumo duráveis, operando com elevado nível de concentração, praticamente sem concorrência a nível nacional, possuindo poder de decisão e de investimento que é capaz de dinamizar ou não o conjunto do sistema econômico.

Embora Celso Furtado não negue que esse sistema seja uma forma de explorar os países dependentes, essa exploração não se dá nos termos da superexploração do trabalho via mais-valia absoluta. Ao contrário, para Furtado o caráter de exploração e subordinação decorre da ausência de controle sobre as decisões de investimento e sobre a tecnologia empregada, mas também como um fato estrutural do capitalismo, cuja centralidade do progresso técnico e da elevada densidade de capital nos setores de ponta é uma realidade que não pode ser revertida. Por isso Celso Furtado se distancia de uma solução baseada na nacionalização ou em um processo de revolução para implantar um sistema nacional, fechado. Para Furtado, a solução não está em “desarticular os ‘monopólios’”, que trabalham com preços administrados: “a política de preços administrados tende a ser a regra básica da economia industrial moderna. O problema substantivo que se coloca hoje é o de saber quem administra esses preços e em benefício de quem. Ou ainda: quem define o campo dentro do qual se realiza a administração dos preços” (idem, p. 43) [ver também Furtado, 1968, p. 80, para a crítica da nacionalização proposta pelos marxistas].

Na ausência de uma articulação interna de decisões, o progresso tecnológico foi introduzido a partir de decisões individuais, pelos setores importadores. A solução que se apresenta para nosso autor, na passagem da década de 1960 para 1970 está em criar uma política que orientasse a escolha de inovações que elevam a produtividade não apenas do capital, mas também da mão-de-obra. Essa seria a saída para a retomada de um projeto de desenvolvimento econômico. Entretanto, até mesmo essa visão será rechaçada alguns anos depois ao considerar que a função de produção dos setores modernos não admite alternativas que sejam mais intensivas em mão de obra, como seria indicado para uma economia com excedente estrutural de mão de obra, como a latino-americana.

Outro elemento fundamental dessa abordagem de Furtado, que o afasta da vertente marxista e, de certa forma, o aproxima da vertente da dependência associada é que as elites locais e o Estado tiveram um papel central na facilitação da penetração das empresas estrangeiras e na viabilização de um modelo econômico que permitiu conciliar uma função tecnológica intensiva em capital e uma estrutura social baseada na concentração de renda e em um estado autoritário para conter a instabilidade social decorrente desse “modelo”. Em texto de 1971, Celso Furtado desenvolve essas ideias, destacando as decisões internas que corroboram essa direção do desenvolvimento econômico. Segundo ele, nas economias subdesenvolvidas, o desenvolvimento é sempre “internacional”, ou seja, ligado à expansão das atividades de uma empresa cujo centro de decisão está fora (Furtado, 1971, p. 346). Essa forma de desenvolvimento tende a reiterar a concentração da renda e o consumo do setor “moderno” sem, contudo, homogeneizar a difusão do progresso técnico para o conjunto da economia. O Estado poderia atuar na distribuição de renda e no condicionamento, via critério social, da introdução do progresso tecnológico. Entretanto, historicamente o Estado não atuou para reverter esse processo, mas sim para acentuá-lo. Por sua vez, a atuação da burguesia latino-americana, que teve sua formação marcada pela ausência de nacionalismo e pela forte dependência do setor externo, também teve papel ativo na expansão desse modelo. Ao examinar a estrutura do setor industrial brasileiro, Celso Furtado identificou o setor privado nacional atuando em áreas como construção,

manufaturas tradicionais e em subcontratos de obras públicas ou privadas estrangeiras, setores não afetados por inovações tecnológicas ligadas à inovações de modelos e produtos. Já o setor privado estrangeiro atua no setor de bens de consumo duráveis, químico-farmacêutica e equipamentos, com forte penetração do progresso tecnológico (Furtado, 1972, pp. 35). Em terceiro lugar estão as empresas públicas, atuando em atividades de infraestrutura ou que geram economias de escala, que demandam grandes investimentos. Esses setores, portanto, estão interligados e não competem entre si, garantindo que, em fases de crescimento, ambas as frações do capital industrial tenham sua rentabilidade assegurada e o setor estatal atua garantindo a acumulação nos demais.

Esses três itens examinados até agora nos permitem ver os pontos de diálogo de Celso Furtado com a teoria da dependência. Do que ficou exposto, nota-se uma proximidade maior entre nosso autor e dependência associada na reiteração do uso do instrumental cepalino e na atenção dada à questão da burguesia industrial, o que não significa uma identidade interpretativa. Por outro lado, identificamos um distanciamento maior da vertente marxista, na diferenciação da maneira como se entende as relações internacionais, o problema da dependência tecnológica e, sobretudo, sua solução.

Entretanto, é fundamental considerar que essas afirmações não são parte de um diálogo explícito com a Teoria da Dependência, mas são proposições retiradas de um arcabouço mais amplo e extremamente original que é a formulação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. São peças de um todo, cuja unidade não é explicada pela Teoria da Dependência, mas sim pela busca de uma compreensão do subdesenvolvimento que, efetivamente, a partir de meados da década de 1960 passou a dar grande atenção aos fatores político e social, à modificação nas relações no capitalismo internacional e às consequências da implantação da grande empresa capitalista internacional nas áreas periféricas. Para melhor compreender e derivar todas as consequências desse quadro maior de reflexão sobre o subdesenvolvimento é preciso investigar como Celso Furtado, a partir de 1973-1974, com a publicação de *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) avançou em seu projeto e, com isso, passou a compreender a dependência e o subdesenvolvimento em um quadro conceitual e em esferas muito mais amplas que a teoria da dependência. Esse avanço de Celso Furtado para uma compreensão do subdesenvolvimento como um processo de dependência cultural e, em seguida, de como essa dependência cultural acabou por organizar uma estrutura de pensamento que tolhe a imaginação nos países subdesenvolvidos e os fazem raciocinar nos termos dos países da civilização industrial, é o tema que buscaremos argumentar em seguida.

## **A “teoria da dependência” de Celso Furtado**

Ao referir-se a suas contribuições teóricas, Furtado (1987) afirmaria que se orientou “para a ideia de dependência, primeiro cultural e depois tecnológica” a partir de seus “estudos sobre a dinâmica da demanda e a modernização na reprodução do subdesenvolvimento”. A teoria da dependência é por ele apresentada como resultado do esforço do estruturalismo latino-americano no sentido da ampliação do quadro conceitual “a fim de abranger os condicionantes internos e externos do sistema de decisões”: “Graças a tal enfoque abrangente foi possível aprofundar a percepção das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social, bem como projetar luz sobre outros temas de não pouca significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais.” (Furtado, 1987)

Em carta a Joseph Love, datada de 22 de dezembro de 1982, Furtado sintetizaria sua contribuição à “teoria da dependência”, apresentada de forma “mais sistemática” no livro *O Mito do desenvolvimento econômico*, demarcando sua posição em relação à vertente marxista da teoria da dependência, nos seguintes termos:

Em [“Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”] apresentei uma teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias, pois pode ser submetida a teste. O ponto de observação inicial é o seguinte: os países que se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários (em particular agrícolas) absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que dos processos produtivos. A modernização é mais rápida do que o avanço nas técnicas produtivas. Portanto não se necessita adotar uma visão conspiratória da história para perceber os vínculos entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. (Furtado, 2021)

Na abordagem de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é um fenômeno coetâneo ao do desenvolvimento, originado na divisão internacional do trabalho estabelecida a partir da revolução industrial. Caracteriza-se por relações de dependência que tendem a se autoperpetuar: “Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas.” (Furtado, 2003, p. 88). A observação da evolução da economia internacional no pós-guerra, no contexto da guerra fria, e notadamente com a participação crescente de grandes empresas internacionais nos processos de industrialização latino-americanos, adicionaria novos elementos à análise de Furtado das relações entre países centrais e periféricos.

A conformação prévia ao início do processo de industrialização de um mercado consumidor abastecido por produtos importados obrigaria a industrialização periférica, substitutiva de importações, a seguir padrões produtivos não correspondentes ao nível de acumulação alcançado pela economia em seu conjunto. Para o avanço do processo de substituição de importações, o apelo à participação de grupos estrangeiros nos sistemas produtivos periféricos apresentou-se como a via de menor resistência, num contexto de estímulo à expansão de multinacionais na América Latina como forma de contribuição ao desenvolvimento econômico de áreas que se procurava manter sob “tutela” no contexto da guerra fria (Furtado, 1966). Trata-se, salienta Furtado, de uma forma de viabilização da intensificação de processos de industrialização tardios, em que se procura “implantar um complexo de atividades produtivas que em outras partes se formara no curso de várias gerações” (Furtado, 2007, p. 315). Assim, o atraso relativo no processo de acumulação em relação aos países que comandam o progresso tecnológico tornaria “praticamente nula” “a possibilidade de optar por um projeto de sistema econômico nacional” (Furtado, 2008 [1975], p. 198). Considerando o conhecimento prévio dos mercados (que abasteciam anteriormente por meio de exportações) e com grande capacidade de mobilização de recursos técnicos e financeiros, as grandes empresas estrangeiras assumiriam, como vimos anteriormente, posições dominantes nesses mercados.

Furtado observa então a conformação de um novo tipo de dualismo a partir da incorporação de tecnologia moderna transplantada por empresas estrangeiras (por meio de empreendimentos altamente capitalizados) e sua coexistência com setores produtivos operando com técnicas tradicionais e baixo nível de capitalização. Trata-se, precisa Furtado (2007, p. 454) de um “dualismo [que] se sobrepõe ao anterior entre o setor de economia de mercado e o setor de economia de subsistência”. Ao dirigir-se para a substituição de bens consumidos pela minoria modernizada, antes importados, o processo de industrialização produzirá uma descontinuidade no aparelho produtivo, que tenderá a se dividir em um segmento ligado às atividades tradicionais (voltadas à exportação ou ao mercado interno) e outro composto por indústrias de elevada densidade de capital. Na visão do autor, a propagação do progresso tecnológico aos países periféricos por meio da instalação de filiais de empresas estrangeiras engendraria, portanto, novas formas de dependência e obstáculos adicionais à possibilidade de superação do subdesenvolvimento.

Na origem do processo de “modernização” dos estilos de vida de grupos privilegiados nos países periféricos, Furtado identifica uma opção pela utilização dos excedentes gerados pelo aproveitamento de vantagens comparativas no comércio internacional para a adoção de padrões de consumo importados. Ao se especializarem, as economias periféricas experimentavam um aumento de sua produtividade média que não se traduzia, no entanto, em correspondente aumento da taxa de salários (aumentando, portanto, a taxa de exploração), mas promovia modificação do modo de vida da minoria proprietária e de grupos urbanos, que se tornavam consumidores de novos bens de consumo, frutos do progresso tecnológico em curso nos países centrais. Tal orientação dada ao excedente adicional gerado no comércio internacional “dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 26) e condicionará o posterior processo de industrialização periférica, que “tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados num processo muito mais amplo de acumulação de capital” (Furtado, 1974, p. 27). O atraso no processo de acumulação no sistema produtivo (relativamente ao progresso técnico incorporado nos bens de consumo demandados por grupos privilegiados) levaria ao concurso de empresas estrangeiras para o prosseguimento do processo de industrialização, sendo estimulada sua implantação como forma de contornar a escassez de recursos. Como salientado pela Cepal desde seus primeiros estudos, a industrialização tardia enfrentava o problema da orientação da tecnologia incorporada aos equipamentos disponíveis à época, desenvolvida conforme a dotação de fatores e as necessidades do processo de acumulação dos países de industrialização avançada. Ao privilegiarem a atuação em setores industriais de maior conteúdo tecnológico, pouco absorvedores de mão de obra, as empresas estrangeiras comandariam parcela significativa do excedente adicional gerado com o avanço do processo de industrialização. Um tipo de desenvolvimento excludente, com aprofundamento do processo de concentração da renda, seria assim realimentado pela atuação de grandes empresas estrangeiras em economias periféricas marcadas pelo processo de modernização de padrões de consumo e caracterizadas por baixo nível de acumulação no sistema produtivo.

Como Furtado salientaria em *Análise do “modelo” brasileiro* (1972), tendo assimilado prioritariamente o progresso tecnológico sob a forma de novos padrões de consumo, os países subdesenvolvidos, ao se industrializarem, enfrentariam o problema da incompatibilidade entre o nível de modernização (o nível tecnológico correspondente aos padrões de consumo) e o nível de renda e de capitalização do conjunto da economia, o que “restringe a difusão do progresso tecnológico, isto é, sua generalização ao

conjunto das atividades produtivas” (Furtado, 1972, p. 11). Apoiando-se em elevado nível de capitalização, em decorrência do processo de modernização, a industrialização beneficiaria parcela reduzida da população, não promovendo expansão do mercado consumidor compatível com adequados níveis de produtividade industrial; no caso de países da dimensão populacional do Brasil, no entanto, a concentração da renda (a exemplo do observado no período do “milagre” econômico) poderia viabilizar a existência de mercado consumidor suficiente para estimular a canalização de investimentos para indústrias modernas. Contudo, não admitindo “a ficção teórica de *maleabilidade* do capital, isto é, que a dotação de capital por trabalhador possa ser arbitrariamente estabelecida”, Furtado salienta que “a orientação do progresso técnico determinará o grau de absorção de mão de obra por unidade de investimento” (Furtado, 1972, p. 13). Dessa forma, a tecnologia absorvida de países com nível de acumulação mais avançada se transforma “em fator de concentração de renda em países de baixo nível de acumulação e, com frequência, [cria] incompatibilidade entre a racionalidade da empresa privada e os objetivos sociais da política de desenvolvimento.” (Furtado, 2000, p. 38-39).

A pressão do processo de modernização, ou seja, o esforço daqueles que se apropriam do excedente para reproduzir o padrão de consumo dos países cênicos, determinaria, portanto, a orientação da tecnologia a ser adotada no processo de industrialização e a distribuição de renda numa economia subdesenvolvida. O cerne do problema da reprodução do subdesenvolvimento não residiria na inadequação da tecnologia que está sendo absorvida, mas nos padrões de consumo importados que se procura seguir. Ao se abordar o problema pelo lado da inadequação da tecnologia ignorava-se, como afirma Furtado (1974, p. 87), “o fato de que os bens que estão sendo consumidos não podem ser produzidos senão com essa tecnologia, e que às classes dirigentes que assimilaram as formas de consumo dos países cênicos não se apresenta o problema de optar entre essa constelação de bens e uma outra qualquer.” Do ponto de vista da evolução do pensamento latino-americano, Furtado (1979) observa que essa preocupação dos economistas com a inadequação da tecnologia (num contexto de excedente de mão de obra) se articularia ao problema da marginalidade urbana (à “polaridade *modernização-marginalização*”) estudado pelos sociólogos, estando na origem da teoria da dependência:

O esforço visando encontrar um campo teórico comum levou à teoria da dependência, que se funda numa visão global do capitalismo - sistema econômico em expansão e constelação de formações sociais - e pretende captar a heterogeneidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e suas projeções na dinâmica dos segmentos periféricos.

Esses estudos, pondo em evidência as vinculações fundamentais entre as relações exteriores e as formas internas de dominação social nos países que se instalaram no subdesenvolvimento, projetariam luz sobre outros temas de não pequena significação, tais como o da natureza do Estado nesses países e o do papel das firmas transnacionais no controle de suas economias.

Uma caracterização mais rigorosa do subdesenvolvimento emergiria desse esforço de reflexão, “como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social” (Furtado, 2000, p. 39). Da convergência de interesses entre as classes

dirigentes locais e os grupos dos países centrais que controlavam a economia internacional (interessados em mercados para o fluxo de produtos criados pela revolução industrial) decorreria um processo de “colonização cultural” dos países periféricos (Furtado, 1974). A dependência, que inicialmente se apresenta como a imposição externa de padrões de consumo (sustentados com o excedente gerado no comércio internacional), tornar-se-ia dificilmente reversível conforme avança o processo de diversificação do consumo da minoria modernizada. O dinamismo desse consumo será responsável por projetar a dependência do plano cultural para o plano tecnológico, “[inscrevendo-a] na estrutura produtiva” (Furtado, 1987, p. 211). Enraizando-se no sistema produtivo, a dependência tecnológica seria permanentemente reforçada pela atuação no país de subsidiárias de empresas estrangeiras. A esse respeito, retomando problemática apresentada em *Um projeto para o Brasil* (1968), Furtado destaca o papel dessas empresas na “programação” dos padrões de consumo a serem adotados. Trata-se, conforme avança o processo de industrialização, de um problema de imposição de padrões de consumo pelos mesmos agentes responsáveis pelas decisões relativas à produção. Em texto de 1971, Furtado assim explicaria a questão:

En realidad, en la economía subdesarrollada industrializada, la gran empresa internacional desempeña el papel de *elemento dinamizador*, pues constituye la *banda de trasmisión de los nuevos productos* sin los cuales no se diversificaría el consumo de los grupos dominantes. Las grandes empresas “internacionales” están en condiciones de *crear y controlar un flujo de “necesidades” de ciertos bienes*. (...) En la medida en que el “desarrollo” consiste en tener acceso a un cierto conjunto de productos, también consiste en el establecimiento de vínculos con las grandes empresas que crean la necesidad de esos productos y *mantienen bajo control a las técnicas requeridas para producirlos*.” (Furtado, 1971, p. 346-347, grifos nossos)

Nessa abordagem, a dependência externa baseada na existência de um sistema global formado por subsistemas criadores de tecnologia e subsistemas importadores de tecnologia e de novos padrões de comportamento torna-se o elemento explicativo essencial do comportamento da dinâmica das economias subdesenvolvidas. A dependência, precisa Furtado (1974, p. 90), não evolui necessariamente para o controle direto do sistema produtivo por grupos estrangeiros, podendo haver uma burguesia local ou uma burocracia estatal ocupando posições dominantes no país: “Contudo, o controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo que estão sendo permanentemente criados no centro.” O transplante de padrões de consumo dos países dominantes para os dependentes consubstanciaria nestes uma ideia de desenvolvimento e de progresso identificada à importação de certos padrões culturais, a um processo mimético de importação de padrões de consumo e de comportamento.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Furtado (1978) avançaria na compreensão das relações de dominação e dependência em nível internacional, distinguindo o processo de emergência da civilização industrial, ocorrido em um contexto histórico delimitado, do processo de difusão da civilização industrial para outras áreas. Se o processo de difusão da civilização industrial relaciona-se à história social europeia, trata-se, no entanto, de um outro processo histórico, específico, que abriu uma via de acesso indireto à civilização industrial, com o surgimento da clivagem centro-periferia, ruptura estrutural que viabilizou a diversificação de padrões

de consumo em amplas áreas sem a correspondente evolução ao nível das técnicas produtivas. Avançando a argumentação apresentada em textos anteriores, Furtado salienta que o processo de industrialização em economias dependentes não significaria o abandono da “via indireta” de acesso à civilização industrial se a industrialização correspondesse a um prolongamento de sistemas industriais localizados no exterior, com a crescente presença de empresas estrangeiras como forma de viabilização do mimetismo de padrões de consumo em constante evolução. A utilização do conceito de *desenvolvimento* para ambos os processos, de emergência e de difusão da civilização industrial comportaria ambiguidades, na medida em que o desenvolvimento dependente não seria capaz de produzir as mesmas transformações que no centro do sistema promoveram a valorização da força de trabalho, engendrando, ao contrário, crescente heterogeneidade social. A ideia de desenvolvimento teria se afastado progressivamente de uma ideia de progresso que comportava a promessa de abundância para todos, dissociando-se das estruturas sociais e transfigurando-se em “uma competição para parecer-se com as nações que lideraram o processo acumulativo”, tornando-se expressão “de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação” (Furtado, 2008 [1978], p. 106 e 108).

Observando o processo de desenvolvimento no quadro mais amplo da progressiva subordinação da criatividade humana à tecnologia, Furtado (1978) chama a atenção para a “unidade tecnológica da civilização industrial” e o processo de uniformização das “necessidades” humanas observado especialmente no século XX. Na medida em que muitos países procuravam reduzir seu atraso no processo de acumulação em relação aos países líderes do processo de acumulação em nível mundial, foram sendo afetados por diversos graus de dependência cultural em relação às economias que têm o poder de iniciativa na criatividade tecnológica. Furtado sustenta, assim, que o acesso indireto à civilização industrial por países periféricos originou sociedades dependentes, em que o processo de industrialização aprofundou a reprodução dos valores materiais dos países desenvolvidos. Combinando-se, em sua argumentação, o papel fundamental das empresas multinacionais na difusão dos valores materiais dos países desenvolvidos com as relações internas de dominação que reforçam o processo de exploração, apresenta-se um quadro de permanente reprodução e, portanto, perpetuação das relações de dependência. Não sendo possível “eludir o campo gravitacional da civilização industrial”, “é no quadro desta que se dará a luta contra a dependência”. Contudo, prossegue Furtado (2008 [1978], p. 162),

a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo. Quiçá o aspecto mais negativo da tutela das transnacionais sobre os sistemas de produção na periferia esteja na transformação dos quadros dirigentes em simples correias de transmissão de valores culturais gerados no exterior. O sistema dependente perde a faculdade de conceber os próprios fins.

### **Considerações finais**

A ideia de dependência é elemento fundamental da teorização de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento. Se há discussões acerca do pioneirismo de sua obra na concepção da Teoria da Dependência latino-americana, diversos são os intérpretes que destacam sua importância para a revisão das ideias iniciais da Cepal, aprofundando o



entendimento das relações centro-periferia em termos de relações de dominação e dependência em nível internacional. Particularmente em análises elaboradas no período de seu exílio, ganham relevância os problemas decorrentes do controle da tecnologia por grandes empresas com atuação internacional, no sentido da perda de controle dos centros nacionais de decisão em países periféricos que procuravam avançar no processo de industrialização por substituição de importações. Se as pressões geopolíticas não são desconsideradas na propagação da tecnologia moderna em âmbito internacional, papel de destaque têm na teorização de Celso Furtado sobre a dependência tecnológica as pressões decorrentes do processo de “modernização” de padrões de consumo que marcam as economias periféricas. Realizando-se num contexto de dependência cultural, de assimilação mimética de padrões de consumo e comportamento importados, o processo de industrialização, ao avançar com a colaboração de empresas estrangeiras, agravaria os desequilíbrios estruturais dessas economias, processando-se a elevados custos sociais.

Neste artigo, procuramos mostrar, ainda de forma preliminar, que a percepção das relações internas de dominação, a existência de estruturas políticas e socioeconômicas que viabilizavam o processo de modernização, atuando em conjunto com a dependência externa, afastaria a abordagem da dependência de Celso Furtado da vertente marxista, ao não esposar a mesma ideia de imperialismo. Por outro lado, a ênfase no papel das elites locais e do Estado na promoção de um modelo econômico que permitiu conciliar uma função tecnológica intensiva em capital (facilitado pela penetração de empresas estrangeiras) e uma estrutura social baseada em concentração de renda e em controle da instabilidade social, poderia representar pontos de aproximação entre a abordagem de Furtado e a vertente da dependência associada. Contudo, como procuramos salientar, as novas formas de dependência decorrentes da propagação do progresso tecnológico aos países periféricos por meio da instalação de filiais de empresas estrangeiras representariam entraves adicionais à superação do subdesenvolvimento. Viabilizariam, ao contrário, a perpetuação do subdesenvolvimento, não constituindo, portanto, na visão de Furtado, uma forma de *desenvolvimento*. Este, por sua vez, não poderia basear-se na mera transplantação de valores culturais gerados no exterior, mas dependeria da liberação da capacidade criadora de uma sociedade para a concepção de seus próprios *fins*.

## Referências

- ARNDT, H. W. *Economic development: The history of an idea*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectiva*, São Paulo, v. 38, jul.-dez. 2010, p. 17-48.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- CARDOSO, J. L.. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 251–265, maio 2009.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C. Dependência externa y teoría económica. *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 150 (2), abril-junio 1971, p. 335-349.
- FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, v. 10, 1979.
- FURTADO, C. *A nova dependência. Dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. Entre inconformismo e reformismo. In: G. M. MEIER (ed.). *Pioneers in development: second series*. Washington: Oxford University Press, 1987.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. (1975). “O capitalismo pós-nacional”. In: FURTADO, C. *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- FURTADO, C. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, C. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- FRANK, A. G. Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. *Revista Brasiliense*, n. 51, Jan-abr, 1964.
- FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* [1970]. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 1978.
- KATZ, C. I. *A teoria da dependência 50 anos depois*. 2021.
- KAY, C.. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London, New York> Routledge, 1989.

LOVE, J. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MACARIO, Santiago. "Protectionism and Industrialization in Latin America." *Economic Bulletin for Latin America* 9 Nueva York, Naciones Unidas vol. 9, Nº 1, 1964, pp. 61-101

MANTEGA, G. *Economia política brasileira*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MANZATTO, R.; SAES, A. M. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, p. 182–205, jan. 2021.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência [1973]. Idem, *Dialética da dependência e outros escritos*. Roberta Transpadini e João Pedro Stédile (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?. *World Development*, Elsevier, 6, 1978, p. 881-924.

TAVARES, M.C., "Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil". *Boletín económico de América Latina*. Nueva York, Naciones Unidas vol. 9, Nº 1, 1964.